

Projetar novos mundos, habitar velhos territórios: Dossiê Controvérsias Públicas em Portugal e no Brasil, nota de abertura

As narrativas públicas sobre a modernidade política têm estado assentes, desde a sua gênese, em princípios marcados por ambivalências e por ambiguidades com expressões públicas diversas. Na verdade, os acontecimentos políticos na origem da reconfiguração dos Estados modernos na segunda metade do século XVIII expressam dilemas associados, por um lado, à extensão das liberdades políticas e econômicas e, por outro, à extensão da intervenção de serviços públicos visando ordenar seus territórios, quer do ponto de vista administrativo pela definição das suas fronteiras, quer do ponto de vista econômico com a institucionalização de serviços tributários e aduaneiros, quer ainda com a organização de dispositivos de vigilância e de uso legítimo da violência interna e externa. À medida que, na história da modernidade, os bens classificados por convenções estatais como públicos vão se tornando objeto de um trabalho aturado de alargamento para responder quer a demandas socialmente vinculadas a movimentos sociais quer a exigências éticas e morais diversas visando ao reconhecimento de novos direitos, quer ainda para repostar situações tornadas socialmente insuportáveis, a definição das políticas e das ações públicas objetivando a aplicação de instrumentos que zelem por sua distribuição justa não deixam de gerar controvérsias diversas.

Mas nem sempre essas controvérsias se encontram acopladas às questões geradas pelas esferas de distribuição justa de bens. Na verdade, aos dilemas públicos e semipúblicos provocados pelas desigualdades justas – emanadas pelo trabalho das instituições administradoras de suas distribuições – é possível acrescentar as problemáticas suscitadas pela pluralização de princípios normativos orientadores de diferentes lógicas e regimes de envolvimento das ações. Convém, pois, dedicar espaços para refletir sociologicamente sobre essas questões de geometria variável e que apresentam cartografias também nem sempre justapostas umas nas outras. E tal propósito requer trazer para o espaço da divulgação científica reflexões com o centro na questão das controvérsias, em particular, em um momento histórico no qual tanto o alargamento da expressão pública das operações críticas quanto a pluralidade de princípios mobilizados para sua qualificação pública ocorrem em processos políticos complexos, em nível nacional, em nível regional, e ainda em nível global. Ora, essa complexidade é também a expressão de uma certa corrosão dos sentidos das instituições e do questionamento da natureza legítima do trabalho de qualificação política trazida ao espaço público por diferentes atores, individual ou coletivamente considerados.

Este dossiê proporciona uma interlocução entre investigadores de dois espaços geográficos com fortes ligações históricas, culturais e científicas, Brasil e Portugal, desvendando justamente um debate e uma reflexão fecundos a propósito da questão das controvérsias públicas, sustentado em objetos de estudo e opções metodológicas que, apesar de distintos, apresentam em comum os pressupostos teóricos da sociologia pragmática/pragmatista. Os textos de José Manuel Resende, Bruno Dionísio e Pedro Caetano, Ana Brândão e Catarina Delaunay, portugueses, e Fábio Reis Mota, Jussara Freire e Melvina Araújo e Sabrina D’Almeida, brasileiros, analisam, assim, a instauração de reivindicações em torno do reconhecimento de identidades e de direitos em setores sociais singulares, tendo como pano de fundo contextos sociais e espaciais díspares, tanto em Portugal quanto no Brasil.

O diálogo que se apresenta entre esses pesquisadores brasileiros e portugueses contextualiza-se no quadro de uma cooperação entre os dois lados do Atlântico que se materializou na organização do grupo de trabalho Controvérsias, Vulnerabilidades e Transitoriedades: Habitar o Mundo Plural, co-organizado por Maria Manuela Mendes, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (Cies) do Instituto Universitário de Lisboa (IUL) e da Faculdade de Arquitetura (FA) da Universidade de Lisboa (UTL), Maria Benedita Portugal e Melo, do Instituto de Educação (IE) da Universidade de Lisboa (UL) e Pedro Caetano, do Centro de Estudos de Sociologia (Cesnova) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), com o apoio de José Manuel Resende, do Cesnova, e Maria Manuel Vieira, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UL, no âmbito do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crises e Reconfigurações, realizado na cidade do Porto em 21 de junho de 2012.

Explorando o início de uma controvérsia pública que envolveu a regularização de um parque estadual na cidade de Niterói (o Parque da Serra da Tiririca) e a presença de uma comunidade centenária residente em um local desse parque, Fábio Reis Mota estuda os repertórios de justificação opondo os defensores de uma natureza idílica aos adeptos dos direitos de cidadania dos grupos habitantes em áreas de preservação ecológica, no quadro das disputas sócio-ambientais patentes na sociedade brasileira. Desvendando as tensões que marcaram essa controvérsia e as condições simbólicas e pragmáticas aí acionadas, o autor salienta os dispositivos de argumentação assentes nas categorias “ancestralidade” e “tradicionalidade” mobilizadas pela comunidade centenária na luta pelo reconhecimento ao direito de permanecer em suas terras.

Incidindo também sua pesquisa no Rio de Janeiro e com o objetivo de compreender que dispositivos cognitivos e morais são acionados para se justificar a preservação ou o reforço das áreas urbanas segregadas, Jussara Freire analisa os repertórios, as percepções de justiça e a noção dos limites ao acesso ao espaço público expressados pelos moradores de um condomínio fechado da Zona Oeste daquela cidade. Concluindo que as práticas dos moradores se inscrevem em um plano de uma “cidadania de geometria variável”, a autora chama a atenção para a fragmentação da cidadania e para o fato de esta parecer estar relacionada com um esforço de desqualificação do estado de humanidade dos moradores dos “territórios da pobreza”.

A análise dos repertórios de justificações é prosseguida por mais duas pesquisadoras brasileiras, Melvina Araújo e Sabrina D’Almeida, desta vez no que se refere às demandas pelo reconhecimento das comunidades quilombolas e da etnicidade indígena. Tendo por base dois referenciais empíricos distintos – o que respeita ao tema emergências étnicas indígenas e a emergência quilombola – e partindo das observações realizadas nas pesquisas de campo aos quilombolas do Morro Seco e aos indígenas da Raposa/Serra do Sol, essas autoras examinam as especificidades das justificações morais apresentadas por aquelas comunidades para sustentar sua participação nos movimentos de reivindicação étnica, não deixando de aludir ao papel da Igreja Católica nesses processos.

Tomando igualmente como ponto de partida a temática do reconhecimento, mas no domínio das identidades sexuais, Ana Brandão empreende uma análise exploratória dos argumentos que os movimentos gay e lésbico têm desenvolvido ao longo do século XX ao reivindicarem o reconhecimento social e político de orientações sexuais distintas, para destacar a recente emergência de uma nova concepção de cidadania e de um modelo de “direito democrático da sexualidade”.

Em um contexto de recuo do Estado Social e de forte condicionamento econômico e financeiro, Catarina Delaunay discute o debate ampliação/restrrição do direito aos cuidados de saúde em Portugal como “bem público”, mais concretamente no acesso à procriação medicamente assistida por parte de pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade. Denunciando a regulação restritiva do acesso aos tratamentos de fertilidade de soropositivos, diabéticos e pacientes oncológicos, a autora conclui que esses indivíduos, na construção de seus percursos de vida, são crescentemente convocados a assumir uma postura de responsabilidade em termos de decisão sobre os seus projetos de fecundidade.

E no texto que abre este dossiê, José Manuel Resende, Bruno Dionísio e Pedro Caetano inscrevem sua análise em um contexto de mudança acelerada pós-Revolução de Abril em Portugal, apresentando-nos a escola como um quadro vivo, uma minissociedade, cujos atores protagonistas experimentam tensões e mútuos desafios concernentes à multiplicação das demandas de reconhecimento que se cruzam no espaço forçosamente comum e à pluralidade dos modos e regimes de se fazer justiça; mais concretamente, de colocar ou não à prova a necessidade de reparação de um ato considerado moralmente inaceitável. Os autores mostram-nos como nas seis singulares sociedades escolares, entre pares e entre estes e os professores, se forjam e constituem laços e arranjos, sempre precários, e como os mesmos pressupõem qualificações recíprocas e apelam às capacidades dos atores de se reconhecerem, bem como de produzirem acordos quanto às formas legítimas de se habitar a escola. Para os três autores, a experiência da desqualificação da alteridade, particularmente quando a mesma se dirige a um outro vulnerável, pressupõe uma recomposição dos laços sociais limitadora da pluralidade das formas de habitar os espaços escolares.

A polifonia destes textos exhibe manifestamente alguns dos contributos que a sociologia pragmática/pragmatista pode trazer às ciências sociais. Em primeiro lugar, ao promover a naturalização da lógica científica no processo de validação da lógica do raciocínio prático dos atores; para esse efeito, centrando-se ativamente no que estes fazem e dizem e, por conseguinte, trazendo à evidência seus repertórios de ações. Em segundo lugar, e por via disso, expondo-nos às diferentes configurações resultantes dos trajetos experimentados pelos atores no decurso das suas ações de reconhecimento, isto é, as diferentes gramáticas mobilizadas por estes. E por fim, mostrando e levando a efeito o princípio de composição: o trabalho dos atores na composição das ações e das situações oferece-nos uma realidade entretecida, multiforme, alicerçada em cartografias morais variáveis, geradoras de controvérsias, mas potenciadoras de mundos vivenciáveis.

Na verdade, o entendimento de mundo de que procuramos dar conta segue de perto a noção de mundo arendtiano: o espaço que permeia as relações políticas e as relações com a natureza e os objetos. Tal como Pedro Álvares Cabral, ao rumar em uma excêntrica trajetória no “mar de longo” encontrou um território já habitado, cujos efeitos potenciaram novos arranjos e outros (des)envolvimentos, também aqui pretendemos mostrar, por meio da ciência, aspectos de realidades que se vão fazendo, compondo, por inovação e à medida dos efeitos de interação da concomitância das gramáticas que corporizam as práticas de administração e as práticas da liberdade. Inspirados nos famosos versos do poeta que narram a partida das naus que levaram os portugueses ao Brasil – Ocidente –, não nos furtamos de, modestamente, contribuir para animar a mão que desvenda: “No mesmo gesto ao céu/Uma ergue o facho trémulo e divino/E a outra afasta o véu” (Fernando Pessoa).

Co-organizadores do dossiê:

Maria Manuela Mendes

Maria Benedita Melo

Pedro Caetano

José Manuel Resende